



Declaração da União dos Estudantes Comunistas

O movimento estudantil entrou numa nova fase. Abrem-se-lhe grandes perspectivas, grandes possibilidades de actuação, aumentam as responsabilidades. Sinal dos novos tempos é esta primeira reunião plenária da Comissão Central da U. E. C. em condições de legalidade.

A ditadura fascista foi derrubada, as liberdades conquistadas pela acção unida do Movimento das Forças Armadas e do movimento popular e democrático.

A classe operária e as massas trabalhadoras têm pela primeira vez representantes seus na governação do país, através da participação do P. C. P. no Governo Provisório.

Neste momento crucial da vida política portuguesa os estudantes são chamados a darem o seu contributo à construção de um Portugal democrático, pacífico e independente.

A um mês do 25 de Abril a U. E. C. reforçou-se, ampliou o seu prestígio e influência, obteve êxitos significativos na inserção do movimento estudantil no movimento popular de massas — objectivo primeiro de toda a sua acção revolucionária. Daqui decorrem grandes tarefas imediatas nas quais temos que empenhar todos os esforços, todo o potencial revolucionário do movimento estudantil, toda a nossa força e combatividade: *a consolidação e alargamento das liberdades democráticas, o fim da guerra colonial e do colonialismo, uma Reforma Geral e Democrática do Ensino.*

1. *A consolidação e alargamento das liberdades democráticas* pressupõe o aniquilamento definitivo das sobrevivências do fascismo.

A reacção conspira, inimigos declarados do nosso povo organizam-se, há esforços do poder económico para lançar o país no caos. A vigilância revolucionária tem que ser reforçada.

Da obtenção deste primeiro objectivo imediato depende também o bom êxito das eleições constituintes que instaurarão um regime democrático escolhido pelo povo do nosso país.

2. *O fim da guerra colonial e do colonialismo* é hoje, como o era já, um grande objectivo de luta dos estudantes portugueses.

A Comissão Central da U. E. C. considera que só há uma solução para o problema colonial — negociações sem condições prévias com os legítimos representantes dos povos de Angola, Guiné e Moçambique, visando a sua independência, pelo que apoiará todas as medidas tomadas pelo governo provisório com esse objectivo.

Os passos positivos que estão a ser dados com a abertura de negociações com o P. A. I. G. C. têm de ser alargados e aprofundados para conduzirem à satisfação dos justos anseios dos povos da República da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique, e largamente partilhados pelo povo português.

Denunciando todas as falsas e perigosas soluções, a U. E. C. prosseguirá a sua acção até ao fim da guerra e à efectiva solução política do problema colonial.

A U. E. C. intensificará a sua acção visando estreitar os profundos laços de amizade já existentes entre a juventude portuguesa e a juventude livre de Angola, Guiné e Moçambique, laços estes forjados num combate comum.

3. *A Reforma Geral e Democrática do Ensino*, bandeira de luta do movimento estudantil português, é hoje o seu programa de acção.

O fascismo deixou uma pesada herança ao povo e aos estudantes no campo do ensino que só uma Reforma Geral e Democrática do Ensino pode superar e colocá-lo não ao serviço dos monopólios como estava, mas dos verdadeiros interesses nacionais.

É dentro desta orientação que a U. E. C. propõe os seguintes objectivos imediatos:

— Medidas impedindo a dominação do capital monopolista na Universidade e visando a colocação do ensino ao serviço do desenvolvimento económico e social do país em conformidade com os interesses do povo e servindo os ideais da liberdade, da paz, da independência nacional, da democracia, do progresso social e da amizade entre os povos.

- O livre acesso a todos os graus de ensino sem nenhuma discriminação económica, social ou cultural de todos os jovens.
- A abolição dos métodos fascistas visando uma selecção de classes e por verdadeiros critérios de avaliação de conhecimentos em função das capacidades.
- Instalações escolares compatíveis com o número de estudantes.
- O reconhecimento da participação dos estudantes e professores livremente eleitos em todas as decisões e na gestão universitária e na determinação da política educativa.
- A resolução dos problemas sociais dos estudantes designadamente através de um aumento radical do número de bolsas e do seu quantitativo, do financiamento das obras sociais e escolares (habitação, alimentação, saúde, transportes).
- A criação de um verdadeiro desporto estudantil de massas, do convívio e de uma cultura popular nas escolas.

Estes são alguns dos objectivos mais imediatos do movimento estudantil, outros existem, e ao realçá-lo a U. E. C. reafirma que submete as suas propostas às massas estudantis, a quem compete decidir sob o seu movimento.

4. O movimento estudantil será tanto mais forte e tanto mais apto para levar a cabo estas tarefas imediatas quanto mais se consolidar e se reforçar a sua organização: a organização associativa tem de ser adaptada à nova conjuntura política, às novas tarefas que se colocam aos estudantes portugueses. Só a rápida constituição de *uma verdadeira União Nacional dos Estudantes Portugueses* pode cumprir essa missão.

Aquilo que sob o fascismo era um sonho dos estudantes portugueses hoje pode ser uma realidade.

Ao propor que o movimento estudantil constitua a U. N. E. P., a U. E. C. reafirma o seu desejo de cooperação com todos os estudantes, qualquer que seja a sua corrente política dispostos a cooperar numa grande frente estudantil de massas, inserida no actual processo de luta do povo português.

5. *A U. E. C. combaterá firmemente toda a acção de sapa, divisionista, provocatória, venha da reacção, dos grupos verbalistas, ou de ambos.*

A actividade desenvolvida por alguns grupos esquerdistas levaria, se fosse vitoriosa, à separação do movimento estudantil do movimento popular e democrático, à quebra da aliança entre os estudantes progressistas e as forças armadas.

Os esforços desses grupos para criar o caos na escola servem apenas a reacção e os fascistas.

Os estudantes não se deixaram arrastar pelos manejos dos que queriam colocá-los contra o processo de democratização em curso. Tal como souberam isolar os provocadores e os demagogos, darão uma réplica vigorosa aos que, objectivamente tentam abrir na escola a possibilidade do regresso do fascismo.

O movimento popular e democrático precisa da contribuição decidida e esclarecida dos estudantes. O alargamento e o reforço da U. E. C. é condição primeira para que o movimento estudantil continue a ser hoje em liberdade o aguerrido destacamento da luta popular que foi ontem nas condições do fascismo.

Vamos para as faculdades, para as escolas técnicas, para os liceus, ampliar e consolidar as células de escola. *Vamos construir uma União dos Estudantes Comunistas adaptada às novas condições de luta, uma U. E. C. de massas, uma organização dos estudantes comunistas de todo o país.* Concentrando esforços e energias nas tarefas da hora presente, vamos ganhar a juventude estudantil para o socialismo e o comunismo — grandes ideais da juventude.

3 de Junho de 1974

A COMISSÃO CENTRAL
da
UNIÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS

ABM